

# Reprimarização ou dependência estrutural de *commodities*? O debate em seu devido lugar.

Carlos Alves do Nascimento<sup>•</sup>

Soraia Aparecida Cardozo<sup>♦</sup>

Samantha Ferreira e Cunha<sup>\*</sup>

**Área 2. História Econômica e Economia Brasileira**  
**Sub-Área: 2.3. Economia Brasileira Contemporânea**

**Submetido para apresentação em Seção Ordinária**

## RESUMO

O artigo objetiva mostrar que o debate sobre a reprimarização da pauta exportadora brasileira está fora de lugar e que deve ser substituído pela discussão acerca da permanência da dependência estrutural de *commodities* primárias. A análise deve, portanto, extrapolar a pauta exportadora integrando na discussão todo o Balanço de Transações Correntes. Isso nos ajuda a entender por que pensadores como Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Francisco de Oliveira já apontavam, nas décadas de 1960 e 1970, para o *sentido* estrutural daquela dependência.

Palavras-chave: reprimarização, dependência, *commodities* primárias

## ABSTRACT

The paper aims to show that the debate about reprimarization of the Brazilian exports goods is out of place and it should be replaced by the argument about the permanence of the structural dependency of primary commodities. Therefore, the analysis should go beyond the composition of exports goods and incorporate the whole current account analysis. This helps to understand arguments previously developed by authors like Celso Furtado, Caio Prado Jr. and Francisco de Oliveira in the decades of 1960 and 1970, for the structural sense of that dependency.

Key-words: reprimarization, dependency, primary commodities

## Introdução

No presente trabalho objetivamos superar a discussão sobre a hipótese de reprimarização da pauta exportadora brasileira propondo uma abordagem que extrapole a pauta exportadora e que englobe, de forma relacional, a pauta de importações e a conta de serviços e rendas do balanço de pagamentos. Procuramos contribuir para esse debate chamando à atenção de que os estudos recentemente desenvolvidos, que apontam para processos de *reprimarização* (GONÇALVES, 2003; entre outros), na verdade tão-somente avalizam as hipóteses de pensadores clássicos da realidade sócio-econômica brasileira, tais como, Caio Prado Jr., Celso Furtado e Francisco Oliveira, que nas décadas de 1960 e 1970, período pós-governo JK e de início de um “novo estilo de acumulação”, já mostravam, cada

---

<sup>•</sup> Professor Adjunto do IE/UFU. Doutor em Economia Aplicada pelo IE/Unicamp.

<sup>♦</sup> Professora do IE/UFU e Doutoranda em Desenvolvimento Econômico do IE/Unicamp.

<sup>\*</sup> Mestre em Economia pelo PPGE/IE/UFU e Pesquisadora do NEIT/Unicamp.

um a seu modo, mas de forma convergente, a dependência congênita do país às exportações de produtos primários para dar continuidade, embora dentro de certos limites, à dinâmica econômica brasileira.

A análise central deste ensaio, portanto, não repousará somente sobre o exame da pauta exportadora, mas, sobretudo, sobre o conjunto do balanço de transações correntes (BTC). Pretendemos mostrar que tanto a pauta exportadora como a pauta importadora e a conta de serviços e rendas são fundamentais, numa análise em conjunto, para se entender que a discussão sobre a hipótese de tendência à reprimarização da pauta de exportações está desfocada, está fora de lugar. Essa é a razão que, no nosso entendimento, justifica o resgate daqueles grandes intérpretes do Brasil, acima referidos, para nos ajudar a lançar luz na interpretação tanto do conjunto dos dados aqui apresentados como de parte da literatura que usamos para analisar os anos mais recentes, a fim de podermos colocar no devido lugar o debate da suposta reprimarização.

Para tanto, organizamos o texto em mais três seções, além desta breve introdução. Na primeira apresentamos alguns dados empíricos que servirão para balizar a discussão na seção seguinte, na qual nos apoiaremos nas obras dos autores clássicos acima referidos. E, por fim, na última seção apresentaremos algumas reflexões adicionais e finais.

## **1. Evidências empíricas: reprimarização ou dependência estrutural de *commodities*?**

As evidências empíricas que têm suscitado as advertências de que o país esteja experimentando uma reversão na pauta exportadora no sentido de uma tendência de reprimarização estão presentes em vários estudos e trabalhos publicados. Por razões de economia de espaço, citaremos apenas Gonçalves (2003) que é o autor mais explícito em denominar de reprimarização os resultados a que ele chega em suas investigações empíricas – além de ser o autor mais citado como responsável por esse termo. Analisando o período de 1990 a 1998, esse autor observa que na composição das exportações brasileiras a participação média dos manufaturados caiu para 53,1%, em 1995-1998, contra a média de 55,1%, em 1990-1994. Trajetória contrária apresentaram os produtos agrícolas, cuja participação média aumentou de 29,8% para 33,8%, no mesmo período – os 4,0% ganhos pelos produtos agrícolas correspondem aos 2,0% perdidos pelos manufaturados e aos outros 2,0% também perdidos pelo grupo classificado como ‘outros produtos’ (minérios, minerais não-metálicos, petróleo, ouro, armas e munições).

Os dados que apresentaremos a seguir – utilizando a classificação da UNCTAD<sup>1</sup> –, por sua vez, não permitem concluir que existe uma tendência de perda de qualidade tecnológica da pauta exportadora brasileira no sentido de uma *reprimarização*. Observe-se no Gráfico 1a que, embora as exportações de *commodities* tenham “explodido” a partir de 2003, as exportações de todos os demais tipos de bens também tiveram forte desempenho, em relação à trajetória anterior a 2003. O Gráfico 1b, por sua vez, complementa a análise mostrando que aquele *boom* das *commodities*, em valores absolutos (Gráfico 1a), não necessariamente implica em “re”-primarização, uma vez que desde 1989 até 2006, a participação relativa das exportações de *commodities* primárias não mostra tendência de elevação, flutuando em torno de 44,0%. Ou seja, se focarmos a análise apenas no subperíodo 1993 a 1999 tendemos a supor aumento dessa participação, assim como também acontecerá o mesmo se o foco recair apenas sobre o subperíodo 2001 a 2006 – em ambos os casos as análises parciais levam a cogitar a ocorrência de uma suposta tendência a “re”-primarização. Mas, se a série for 1989<sup>2</sup> a 2006, percebe-se que tão-somente ocorreu uma flutuação em torno dos 44,0%, o que obviamente não autoriza inferir uma tendência em curso de “re”-primarização da pauta exportadora.

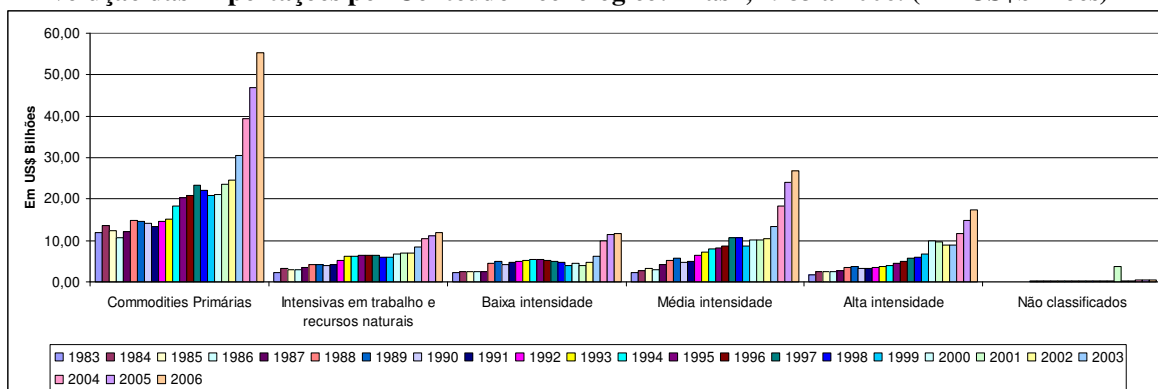
Observa-se ainda no Gráfico 1b que o grupo de produtos de média intensidade tecnológica cresceu, ao longo de todo o período analisado (1983-2006), de forma consistente, dobrando a sua participação relativa, de 10,0% para 20,0% – fica flutuando em torno dos 20,0% entre 1992 e 2006. O grupo de alta intensidade tecnológica apresenta estabilidade em torno de 10,0%, até 1997, evoluindo para uma participação relativa, em média, em torno de 11,0%, entre 1998 e 2006.

---

<sup>1</sup> A descrição da classificação dos produtos comercializáveis, segundo o conteúdo tecnológico, pode ser encontrada em UNCTAD (2002), no anexo 1 do capítulo 3. Os dados estão digitalizados na base da COMTRADE (*Commodity Trade Statistics Database*) das Nações Unidas, segundo o padrão SITC – Revisão 2 (Standard International Trade Classification – Revision 2) a três dígitos. Pode-se acessá-lo em <http://comtrade.un.org/>.

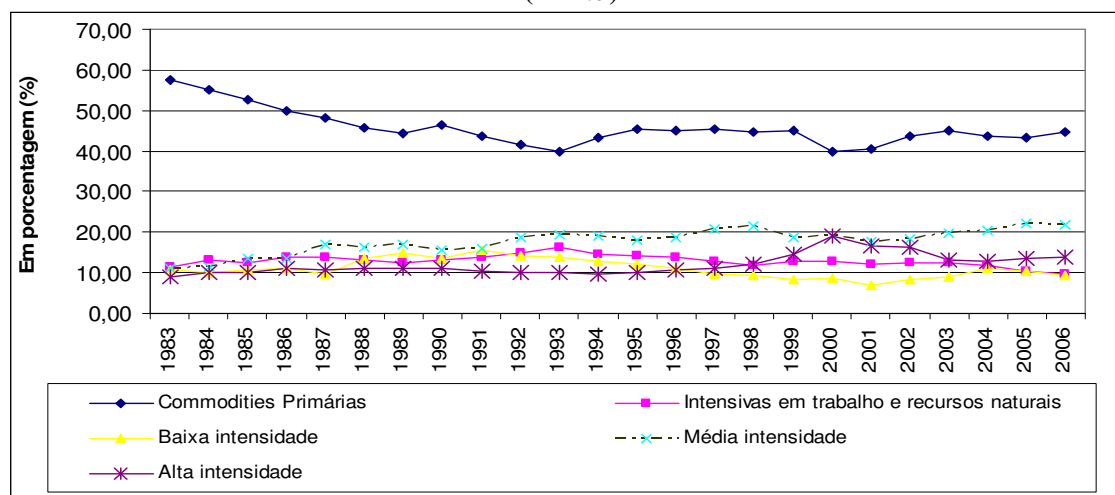
<sup>2</sup> Note-se no Gráfico 1b que 1989 é o último ano da série de declínio ininterrupto da participação relativa das *commodities*, iniciada em 1983. Além disso, o ano de 1989 pode ser considerado o início de uma nova fase da economia brasileira marcada por várias reformas, entre elas, abertura econômica, reestruturação produtiva, etc., que conduziram a uma nova inserção da economia brasileira na economia internacional, assim como também criar-se-ia, segundo pode-se aferir de parte da literatura aqui apresentada, as condições para a hipótese de *reprimarização* da pauta exportadora.

**Gráfico 1a**  
**Evolução das Exportações por Conteúdo Tecnológico: Brasil, 1983 a 2006. (Em US\$ bilhões)**



Fonte: <http://comtrade.un.org/>. Elaboração dos autores.

**Gráfico 1b**  
**Evolução da Composição das Exportações por Conteúdo Tecnológico: Brasil, 1983 a 2006. (Em %)**



Fonte: <http://comtrade.un.org/>. Elaboração dos autores.

Ou seja, segundo essa classificação por conteúdo tecnológico da UNCTAD (2002), do ponto de vista exclusivamente da pauta de exportações, e de um período mais longo de tempo, tem ocorrido um crescimento de participação relativa não de *commodities* primárias, senão particularmente de manufaturados com média intensidade tecnológica. O que equivale a dizer que, do ponto de vista estrito da pauta exportadora, não há uma tendência à reprimarização, mas de uma leve melhora qualitativa da mesma.

Aqui reside a diferença que queremos marcar em relação aos trabalhos que apontam para uma perda de qualidade tecnológica da pauta exportadora – o que os leva a indicar um suposto processo de reprimarização da pauta exportadora. Ou seja, queremos chamar à atenção para a necessidade de deslocarmos o foco da análise da pauta exportadora para o

saldo comercial – que envolve também a pauta importadora – e para a conta de serviços e rendas da balança de transações correntes (BTC).

Queremos contribuir para esse debate mostrando que se por um lado não ocorre uma tendência de reprimarização da pauta de exportações brasileira, isso não significa que a discussão perdeu seu sentido e que esteja equivocada. Entendemos, ao contrário, que a discussão está apenas fora de lugar. Ou seja, a discussão da suposta reprimarização não pode ficar circunscrita unicamente à pauta exportadora, porque o problema de fundo não reside simplesmente nesse âmbito, uma vez que, como procuraremos mostrar, mesmo havendo uma pequena tendência à melhora qualitativa – do ponto de vista tecnológico – da pauta exportadora, a dinâmica da economia brasileira – no que respeita ao problema da restrição externa – jamais deixou de depender, fundamentalmente, e nos anos recentes cada vez mais, dos saldos comerciais gerados pelas *commodities* primárias (agrícolas e minerais)<sup>3</sup>.

Seguindo essa compreensão, note-se que o Gráfico 2 mostra que ao longo de todo o período compreendido entre 1983<sup>4</sup> e 2006 as *commodities* primárias foram as maiores responsáveis pela manutenção dos superávits comerciais. Ou seja, esses dados revelam a dependência ininterrupta – que nos permite considerar *estrutural* – de exportações de *commodities* primárias para fazer frente à restrição externa, de modo a assegurar um determinado nível de dinamismo à economia<sup>5</sup>. Dois outros conjuntos de produtos que somam força com as *commodities* na geração de saldos comerciais positivos são os intensivos em trabalho e recursos naturais e os de baixa intensidade tecnológica. Do ponto de vista dos produtos exportáveis que incorporam alta intensidade tecnológica, a contribuição para o saldo comercial foi recorrentemente, e de forma crescente, negativa – a contribuição dos produtos de média intensidade foi muito baixa entre 1983 e 1993, negativa entre 1994 e 2002, passando a apresentar uma melhor contribuição somente a partir de 2004, mas já perdendo força em 2006.

---

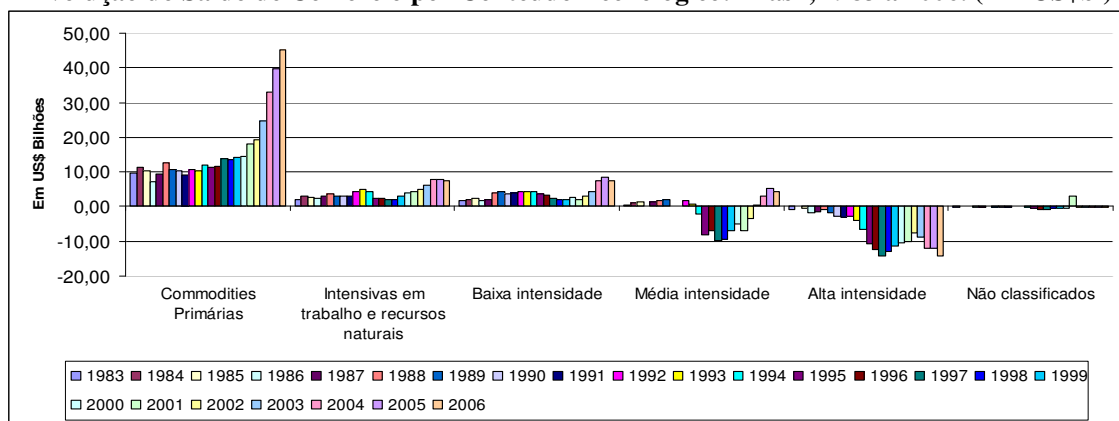
<sup>3</sup> A despeito da evolução positiva dos setores mais intensivos em tecnologia, acompanhando a tendência recente de expansão do comércio internacional, uma análise desagregada dos setores de média e alta intensidade tecnológica aponta para a elevada concentração da pauta de exportações brasileira em poucos setores, entre os quais se destacam o setor de telecomunicações, aeronaves e automobilístico (CUNHA et. al., 2007; De NEGRI, 2003). A respeito do baixo dinamismo do *padrão de especialização comercial* brasileiro, conformando uma inserção externa pouco virtuosa, ver Martins (2004).

<sup>4</sup> A fonte dos dados, <http://comtrade.un.org/>, não disponibiliza dados para o Brasil para antes de 1983, e ainda não está disponível para 2007.

<sup>5</sup> Investigando acerca da possibilidade de ocorrência no Brasil de um processo de “doença holandesa”, Marconi (2008) separou *commodities* agrícolas e minerais de *commodities* agrícolas e minerais industrializadas e mostrou que são as primeiras, especialmente as agrícolas, que mais contribuem para a variação positiva do saldo da balança comercial, nos dois períodos por ele analisados, 1992-2007 e 2002-2007 (o autor analisou os anos de 1992, 2002 e 2007). Diferentemente, os manufaturados de média-alta e alta tecnologia contribuem de forma fortemente negativa para esse saldo, nos mesmos períodos.

**Gráfico 2**

**Evolução do Saldo de Comércio por Conteúdo Tecnológico: Brasil, 1983 a 2006. (Em US\$bi)**

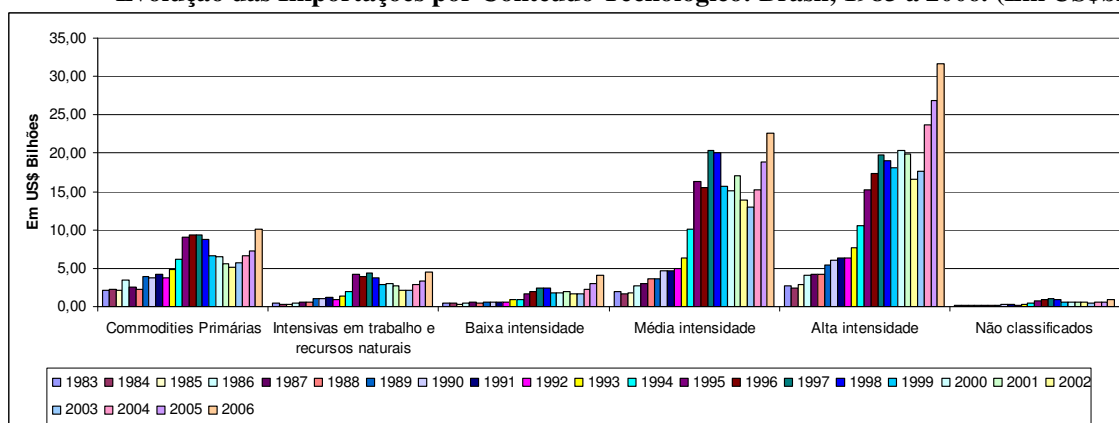


Fonte: <http://comtrade.un.org/> . Elaboração dos autores.

Os gráficos 3a e 3b ilustram bem o problema que procuraremos ressaltar na próxima seção; ou seja, não só há uma *dependência* estrutural de saldos comerciais gerados por *commodities* primárias, como também uma tendência de aumento da *dependência* de importações de bens com elevado conteúdo tecnológico. Observe-se que a partir de meados da década de 1990 a trajetória anterior de crescimento das importações de manufaturados de média e alta intensidade tecnológica prosseguiu em ascensão, porém, mudando expressivamente de patamar. Destacaremos que aquelas duas tendências se configuram como irmãs siamesas da questão central da próxima seção, que tratará de ressaltar a relação entre essas duas dependências também com a conta de serviços e rendas do BTC.

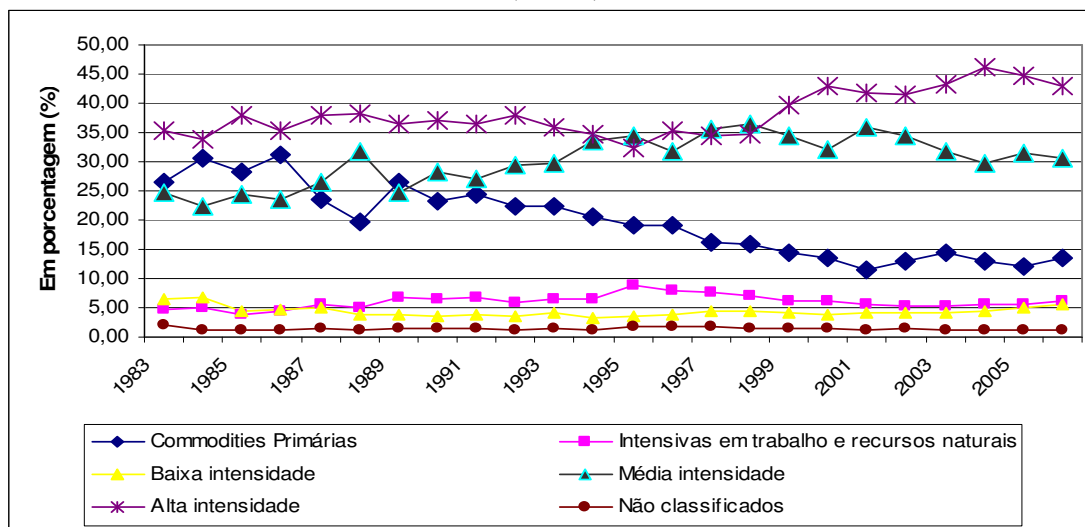
**Gráfico 3a**

**Evolução das Importações por Conteúdo Tecnológico: Brasil, 1983 a 2006. (Em US\$bi)**



Fonte: <http://comtrade.un.org/> . Elaboração dos autores.

**Gráfico 3b**  
**Evolução da Composição das Importações por Conteúdo Tecnológico: Brasil, 1983 a 2006.**  
**(Em %)**



Fonte: <http://comtrade.un.org/>. Elaboração dos autores.

## 2. O Sentido da dependência estrutural de *commodities* primárias: uma interpretação à luz de Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Francisco de Oliveira

A industrialização substitutiva de importações levada a cabo no Brasil nas décadas de 1950 a 1970 continha não só a expectativa de alterar qualitativamente a pauta de importações, mas também, particularmente a partir da década de 1960, modificar positivamente a qualidade da pauta de exportações, diversificando-a, de modo que se pudesse reduzir a vulnerabilidade intrínseca à dependência a alguns produtos exportáveis tradicionalmente primários.

Os dados da Tabela 1 mostram que houve avanço no sentido de alcançar tal objetivo. Observe-se que de 1964 a 1980 a pauta exportadora progressivamente foi deixando de ser majoritariamente composta por produtos primários, tornando-se claramente mais diversificada, com menor participação dos produtos agrícolas.

Por outro lado, essa modificação qualitativa na pauta de exportações – que, em tese, daria maior robustez e estabilidade à geração de divisas e melhoraria a qualidade dos saldos comerciais – não foi suficiente para: i) eliminar a dependência de saldos comerciais gerados por *commodities* primárias, consoante mostrado na seção anterior; e ii) compensar a mudança que também progressivamente foi ocorrendo na conta de serviços e rendas, cujo impacto passou a se dar negativa e persistentemente sobre o saldo de transações correntes do balanço de pagamentos, conforme Gráfico 4, em anexo.

**Tabela 1: Valor das Exportações e Importações Agrícolas: Brasil, 1964-1980.**  
(US\$1.000.000 FOB)

Ano	Exportações de Produtos Agrícolas	
	Valor	% do total de exportações
1964	1.151,30	80,5
1968	1.484,10	78,9
1972	2.854,50	71,5
1976	6.538,10	62,8
1980	9.871,20	49,0

Fonte: Adaptado de Albuquerque e Nicol (1987: 292).

A análise mais pormenorizada do Gráfico 4 mostra que a partir de fins dos anos 1960 e início dos anos 1970 os valores pertinentes à conta de ‘serviços e rendas’ e do saldo do balanço de transações correntes - BTC saltam, em poucos anos, da casa dos milhões de dólares para o patamar dos bilhões de dólares, prosseguindo em uma trajetória sempre ascendente desde então até os dias atuais.

Essa é a questão crucial que consideramos importante observar, para o propósito que nos interessa neste ensaio. Ou seja, junto à industrialização substitutiva e aos esforços para elevar o nível e a qualidade das exportações a partir da década de 1960<sup>6</sup>, que logrou iniciar um processo de diversificação da pauta exportadora, com uma maior presença de bens manufaturados, emerge também um progressivo processo de crescimento do saldo deficitário da conta de serviços e rendas do BTC, que ao longo de todo o período de tempo analisado (Gráfico 4, em anexo) – salvo poucos anos de exceção – corrói, juntamente com as importações intensivas em alta tecnologia (Gráfico 3a), as divisas geradas pelos esforços exportadores da nova pauta conquistada pela industrialização substitutiva de importados. Nos quase quarenta anos apresentados no Gráfico 4, apenas em raríssimos deles o saldo do BTC foi superavitário. O déficit em conta corrente, por outro lado, cresceu quase que de forma ininterrupta. Observe-se no Gráfico 5, em anexo, que ao longo da década de 1990 até os anos mais recentes registrou-se uma expansão sem precedente do déficit na conta de ‘renda de investimento direto’<sup>7</sup>, alcançando US\$ 26,7 bilhões negativos, em 2008.

Os anos 1990 entrarão para a história como a década em que os dirigentes do Brasil apostaram nas orientações neoliberais como a panacéia para se concluir de vez, de golpe, a lenta transição da velha pauta exportadora para uma nova pauta, mais diversificada, com maior presença de produtos manufaturados de elevado conteúdo tecnológico e, sobretudo,

<sup>6</sup> Um interessante artigo sobre os efeitos da industrialização da pauta de exportações sobre os índices de comércio, relativos ao período 1964-1974, ver em Batista e Santos (2007).

<sup>7</sup> Pertencente à conta de Serviços e Rendas do BTC as “rendas de investimentos diretos abrangem os lucros e dividendos relativos a participações no capital de empresas e os juros correspondentes aos empréstimos intercompanhias nas modalidades de empréstimos diretos e títulos de qualquer prazo. Não incluem os ganhos de capital, classificados como investimento direto na conta financeira”. (BACEN, 2001: 8)



mais competitiva internacionalmente, capaz de enfrentar com sucesso o novo cenário macroeconômico mais hostil surgido com o aprofundamento da abertura comercial e a nova inserção internacional do país. Ademais, a aposta foi feita imputando ao capital internacional a função privilegiada de cumprir a nova tarefa exportadora.

Sem pretensão de nos alongarmos nesse ponto – uma vez que já há uma abundante literatura tratando exemplarmente das reformas econômicas dos anos 1990 e suas consequências<sup>8</sup> – apenas queremos sublinhar que a leitura dessa literatura nos permite inferir que a estratégia neoliberal foi malograda, não só porque não cumpriu as expectativas, mas, sobretudo porque o aprofundamento da internacionalização do país, resultante daquela estratégia, ocorreu de forma *regressiva* (GONÇALVES, 2001; COUTINHO, 1997) e *introvertida*, no sentido de que “não resultou em uma maior presença mundial, nem das empresas brasileiras, nem dos produtos produzidos no Brasil. Em contrapartida, aumentaram o passivo externo e a importância do Brasil como consumidor de bens intermediários produzidos em outros países” (SARTI e LAPLANE, 2003: 51).

Nesse contexto, a questão de maior interesse no presente trabalho consiste em saber como podemos interpretar os dados aqui apresentados à luz dos pensadores brasileiros clássicos que selecionamos. Essa abordagem é central neste trabalho, para que possamos situar no devido lugar o debate não exatamente da “reprimarização da pauta exportadora”, mas sim da “dependência estrutural de *commodities* primárias”.

Caio Prado Jr. ao longo de sua obra nos ensinou a dar a devida importância aos movimentos históricos de longa duração a fim de podermos identificar tanto as discontinuidades que ocorrem no desenrolar dos processos históricos, como também, sobretudo, o que permanece como continuidade de processos passados, mal-resolvidos. Combinando esses dois modos de ler a evolução dos desdobramentos históricos é que podemos compreender o seu *sentido*.

Com esse entendimento é que temos que nos perguntar sobre o significado da persistente dependência estrutural que aqui tratamos. Julgamos que os dados aqui apresentados nos permitem sustentar essa hipótese<sup>9</sup>. Porém, para além disso, compreender o seu sentido histórico, o seu significado, é a questão que nos ocupa o pensamento neste trabalho, para que possamos colocar o debate da “reprimarização” no seu devido lugar.

---

<sup>8</sup> Os trabalhos que tratam desse tema e que nos servem mais de perto são: Britto (2002), Gonçalves (2003), Sarti e Laplane (2003), Laplane e Sarti (2006), De Negri (2003; 2005), Prates (2006), Hiratuka (2002), Bresser e Nakano (2003); Bresser e Gala (2007); Marconi (2008); Garcia (2008).

<sup>9</sup> Observe-se que mesmo com a melhora, embora pequena, da qualidade relativa da pauta exportadora (Gráfico 1b), mantém-se, e em crescimento, a dependência de *commodities* primárias (agrícolas e minerais) para gerar saldos comerciais (Gráfico 2) suficientes para atenuar a restrição externa e manter um certo dinamismo da economia.

Ao nosso juízo, entendemos que se pode inferir da leitura da obra de Caio Prado Jr. – analista dos longos e profundos movimentos da história brasileira – que a persistência da *dependência*, nos termos que aqui estamos tratando, tem sua origem (para a reprodução de tal dependência) no momento em que o Brasil acelerou a sua industrialização recorrendo ao capital estrangeiro no governo Juscelino Kubitschek<sup>10</sup> – sem que se resolvesse com anterioridade os graves problemas de desequilíbrio no mercado de trabalho, que por sua vez, tinha raiz na estrutura fundiária concentrada; ou seja, sem levar a termo a revolução brasileira<sup>11</sup>. Como resultado, o mercado interno brasileiro padece de uma “conjuntura mercantil precária”<sup>12</sup>, que se traduz em elevado grau de incerteza embutido no cálculo capitalista, as decisões de investimento dos capitais forâneos são instáveis, com reduzido grau de compromisso com os interesses nacionais da sociedade subdesenvolvida. A consequência dessa característica estrutural do mercado nacional é que o sentido da relação entre o capital internacional e o espaço econômico nacional permanece o mesmo da fase colonial, qual seja, o de extrair excedentes e repatriá-los, uma vez que o grau de precariedade da conjuntura mercantil do mercado interno não assegura necessariamente a virtual reinversão dos excedentes das empresas transnacionais<sup>13</sup>.

Nessas condições, como o capital estrangeiro, que veio “ajudar”<sup>14</sup> a construir o parque industrial do país a partir da segunda metade da década de 1950, tem a garantia de que poderá realizar seu valor, repatriar seus excedentes? O problema crucial é que o desenvolvimento econômico brasileiro, enquadrado no sistema internacionalizado,

(...) se pautará necessariamente pelos interesses dos trustes aqui instalados que se farão, como já acontece e *será cada vez mais o caso*, o elemento principal e fator decisivo de nossa economia. São os

---

<sup>10</sup> Prado Jr. (1999). Nesse livro e em Prado Jr. (1970; 1966) o autor apresenta claramente sua posição crítica em relação ao papel do capital estrangeiro no país e à desnacionalização da indústria brasileira.

<sup>11</sup> Prado Jr. (1966).

<sup>12</sup> Prado Jr. (1999).

<sup>13</sup> Sampaio Jr. (1999:107) esclarece que o ponto fundamental da argumentação de Caio Prado sobre esta noção de “conjuntura mercantil precária” é que “...a extrema instabilidade do processo de mercantilização das economias periféricas não permite que o mercado interno se afirme como horizonte de acumulação e como instância de validação social do circuito de valorização do capital”. O que torna o mercado interno subdesenvolvido um espaço econômico de segunda linha para as tomadas de decisão de investimento dos capitais transnacionais.

<sup>14</sup> Analisando as distintas modalidades de ajuda econômica externa (doações, créditos, créditos e/ou doação de cereais, investimentos diretos) a países em desenvolvimento, Kalecki (1980: 93-94) critica a idéia de que o investimento direto estrangeiro é mais barato para o país receptor que qualquer crédito, uma vez que aquele não seria devolvido. Kalecki explica que no caso do IDE os lucros transferidos ao exterior podem ser superiores ao custo de devolução de um crédito exterior. Mesmo que parte dos lucros sejam reinvestidos, estes gerarão posteriores lucros que serão transferidos, pelo menos em parte, ao exterior. Dessa forma, “Nos encontramos, por tanto, ante um proceso interminable de espiral creciente, en contraste com um crédito que crea obligaciones durante um número definido de años. Puede demostrarse fácilmente que, a largo plazo, el impacto de la inversión directa exterior continua sobre la balanza de pagos del país receptor ha de ser negativo (no discutimos aquí las consecuencias indirectas en forma de exportaciones adicionales o sustitución de importaciones que serían las mismas, independientemente de la forma de financiación de la nueva planta), a menos que la entrada de inversión exterior crezca sustancialmente de año en año”.

trustes que fixarão as normas, o ritmo e os *limites* do desenvolvimento, para eles naturalmente determinados pelo montante dos lucros que a economia brasileira é capaz de proporcionar. *E que limites são esses? Encontramo-los na margem de saldos financeiros que o Brasil oferece nas suas contas externas; a saber, aqueles que resultam do nosso intercâmbio com o exterior.* (PRADO Jr., 1966: 135-136; grifos nossos)<sup>15</sup>

Nesses termos, a forma mais sólida que um país tem de assegurar reservas estrangeiras para as remessas ao exterior é através da geração de divisas com suas exportações. Entretanto, historicamente a capacidade brasileira de gerar meios de pagamentos internacionais indispensáveis ao suprimento de oferta interna de bens de capital e insumos básicos esteve dependente de produtos primários, os quais – na ocasião em que Caio Prado escreve “História e Desenvolvimento” – tinham baixa capacidade geradora de divisas. Para esse pensador, a continuidade da dinâmica econômica dependeria do surgimento de um novo produto primário exportável, já que *essencialmente* o capital estrangeiro produzia para o mercado interno, razão pela qual o país estaria recorrentemente dependente da sua velha função exportadora primária, e também razão pela qual o país estaria periodicamente sujeito a crises de balanço de pagamentos.

Prado Jr. (1999, 1ª edição em 1968), embora se encontrasse cético quanto à possibilidade real de ressurgimento de boas perspectivas para as exportações de gêneros primários – pois a ocasião em que estava escrevendo era de crise em virtude de que a exportação de bens primários já se mostrava “... patentemente incapaz de lastrear, como no passado, e como ainda hoje dela se exige, a vitalidade econômica do país” (p.142) –, mantinha sua convicção de que “Essa *função exportadora* não perde contudo seu *sentido* e larga expressão porque *ainda permanece essencial e fundamental*” (p. 141, grifos nossos).

Plenamente convergente com a interpretação de Prado Jr., podemos identificar também em Francisco de Oliveira o cerne da persistência da dependência estrutural aqui tratada exatamente no Plano de Metas<sup>16</sup>, com o qual o governo JK *restaura* a velha divisão internacional do trabalho – que vinha sendo alterada de acordo com o ritmo próprio do país (movimento visto também por Prado Jr. como um processo de transformação revolucionária importante para uma potencial libertação do país do seu passado colonial<sup>17</sup>). Porém, dita

---

<sup>15</sup> Prado Jr. (1999: 127) reitera essa compreensão afirmando que “... a posição dominante e decisiva que o capital internacional ocupa na economia brasileira tende *permanentemente a reconduzi-la* para a anterior situação centrada na *função exportadora* (...) Observa-se aqui muito bem a ligação do capitalismo internacional com o nosso velho sistema colonial fundado na *exportação de produtos primários*, pois é dessa *exportação* que provêm os recursos com os quais o capitalismo internacional conta para realizar os lucros que são a razão de ser de sua existência”.

<sup>16</sup> “Sem sombra de dúvida, o perfil da economia brasileira hoje não apenas não pode ser entendido senão tomando-se como referência básica a segunda metade dos anos cinquenta, como os problemas que emergem hoje na primeira linha da pauta do futuro comportamento da economia nacional são, rigorosamente, os sinais de esgotamento do padrão de acumulação ali iniciado ou ampliado, se se quiser relativizar a questão.” (OLIVEIRA, 1977: 76)

<sup>17</sup> Prado Jr. (1999; 1966).

restauração ocorreu em um patamar mais elevado da divisão internacional do trabalho, na qual a partir de então a necessidade de gerar divisas estrangeiras aumentaria, à medida que passaria a estar também em função das necessidades de realização nos circuitos financeiros internacionais dos ganhos do capital transnacional recentemente instalado, além da manutenção da capacidade de importar, especialmente, bens de capital.

A explicação de Oliveira é que a industrialização substitutiva ocorreu de forma desproporcional entre os departamentos de bens intermediários e de produção (D1) e de bens de consumo duráveis (D3), com o agravante de que o D1 permaneceu aquém das demandas do D3. Aqui está a razão de Oliveira interpretar que houve uma “‘restauração’ Kubitschek”, que reverteu o lento, porém consistente, avanço da construção, *pela base*, da capacidade produtiva industrial nacional<sup>18</sup>, retransferindo relativamente o D1 para fora do país, à medida que o esforço do Plano de Metas colocou à frente da construção do D1 a construção do D3, sobre o qual fundava-se o novo padrão de acumulação radicalmente distinto do que vinha sendo esboçado no período anterior.

A dupla implicação dessa opção política histórica foi que, de um lado, manteve-se a dependência externa de importações de bens de produção e intermediários, e, de outro, ampliou-se a necessidade de gerar divisas estrangeiras com produtos primários para aplacar a ânsia de realização, da valorização do capital produtivo de propriedade estrangeira, nos circuitos financeiros internacionais, “*instaurando, por sua vez – e aqui constitui sua singularidade –, uma crise recorrente de Balanço de Pagamentos*” (Oliveira, 1977: 87)

Ou seja, a cada momento que a economia brasileira ensaiar crescer impulsionada por algum surto expansivo do D3 – o departamento mais dinâmico da economia, e de propriedade do capital forâneo – elevam-se as demandas por importações de bens intermediários e de produção para complementarem a oferta doméstica desses bens, assim como também aumenta o potencial de remessas de lucros e dividendos, *royalties*, juros intercompanhias, etc., para o exterior.

Assim como Caio Prado, Oliveira, ao refletir sobre as perspectivas agônicas da economia brasileira, na década de 1970, colocava como virtuais possibilidades, entre outras, para o país vir a completar a construção do D1, o surgimento de um produto primário exportável capaz de alavancar as reservas estrangeiras do país. Porém, considerava muito difícil atribuir ao setor produtor de bens primários a tarefa de financiamento da conclusão do

---

<sup>18</sup> Distintamente do que se seguiu com o Plano de Metas do governo JK, Oliveira (1977: 77 e 79; grifos nossos) destaca que o padrão de acumulação que vinha se estruturando na primeira metade dos anos 1950, correspondendo quase inteiramente ao governo Vargas, “... fundava-se numa *prévia* expansão do setor produtor de bens de produção”, em cuja execução “Era claramente posto de lado o recurso tanto ao endividamento externo quanto ao capital estrangeiro de investimento”.

D1, pelas magnitudes de que se reveste essa tarefa, o que sugere a encruzilhada, o impasse em que se encastrou o tipo de industrialização que foi levado adiante no país a partir do período JK. O estudo de Mazzucchelli (1977: 119) mostrou que, além do fato do D1, no Brasil, permanecer *inconcluso*, os ciclos expansivos do D1 se dão de forma sempre *inconclusa*, de modo que a “autodeterminação da reprodução do capital é um processo que permanece incompleto a nível nacional”, e que

(...) a magnitude absoluta das importações de bens de capital, somada aos vultosos déficits da conta de serviços (que, no fundo, decorrem da enorme gravitação das empresas oligopólicas internacionais na economia brasileira), determinam um desequilíbrio a nível do balanço de pagamentos que passa a sobredeterminar, de modo marcante, as formas, as possibilidades e até mesmo os limites da acumulação de capital. (MAZZUCHELLI, 1977: 120)

Por fim, conclui o autor que

(...) a ameaça sempre latente das importações; a progressiva incapacidade de se criar o progresso tecnológico; o reforço que a desnacionalização da economia em geral, e do setor de bens de capital em particular, exerce sobre as importações de seriados e sobre o atraso tecnológico, bem como a própria iminência de sua constante renovação – indicam, para além das intenções, as contradições de uma dinâmica setorial inconclusa, incapaz de romper os limites característicos da dependência. (MAZZUCHELLI, 1977: 124)

Em estudo posterior, Assis (1985) mostra que, embora no período 1974-1977 tenha havido no país uma expressiva expansão – motivada pelo II PND – do setor de bens de capital, especialmente de bens sob encomenda, nos períodos seguintes (1977-1980 e 1980-1983) a trajetória do setor foi distinta, notadamente no último período (de política econômica recessiva), a ponto do autor advertir para a ameaça que o setor passou a enfrentar de sucateamento tecnológico, pondo em risco até mesmo a capacidade física produtiva que o setor logrou ampliar nos períodos anteriores. Ou seja, além de permanecer inconclusa a construção do D1, no sentido de não tornar a economia brasileira autodeterminada, o relativo sucesso alcançado pela estratégia do II PND não teve fôlego longo, cujo resultado ainda era que a economia brasileira conservava “flagrantes traços de ‘subdesenvolvimento’” (ASSIS, 1985: 140).

Nos anos 1990, o problema exposto nas observações de Oliveira (1977), Mazzucchelli (1977) e Assis (1985) parece se revestir de maior complexidade, especialmente em se tratando da questão tecnológica<sup>19</sup>. As últimas duas décadas foram marcadas por importantes transformações na economia mundial, especialmente no tocante à natureza e à velocidade das inovações técnico-científicas, em âmbito mundial, e ao aprofundamento do processo de

---

<sup>19</sup> Sem deixar de reconhecer que o setor produtor de bens de produção (D1) é o setor portador de progresso técnico por excelência, a CEPAL (1990, 1992), apoiando-se numa literatura neoschumpeteriana, reforçou a ênfase na necessidade da América Latina aproveitar as oportunidades abertas pelas contínuas ondas tecnológicas geradas nos (e irradiada dos) centros capitalistas avançados onde se desenvolvem as inovações, as quais podem implicar na necessidade de se priorizar aspectos setoriais do progresso técnico, não exclusivamente a completude do D1, mas determinados setores tecnológicos de ponta que possam irradiar induções a outros ramos e setores da economia.

internacionalização da economia brasileira. O aprofundamento da desnacionalização<sup>20</sup> da economia brasileira nos anos 1990 refletiu-se essencialmente em *aumento das importações de tecnologia* por parte das indústrias, além do aumento da demanda por divisas da atividade industrial – para sustentar o aumento das importações de bens finais, de bens de capital e componentes (LAPLANE e SARTI; 2006), e também do aumento das remessas de lucros e dividendos, conforme pode ser conferido no Gráfico 5, em anexo.

A respeito dessa premente questão, Silveira (2001: 172) avalia que “o Brasil regrediu em sua capacidade para inovar vis-à-vis os demais países”. Comparativamente aos países avançados e às economias dinâmicas da Ásia, a participação das empresas sediadas no Brasil nos gastos agregados com ciência e tecnologia são muito baixos. Esse é um reflexo do que está por trás das estratégias dos processos de Fusões & Aquisições na indústria brasileira ocorridos nos últimos anos, com forte participação do capital transnacional; ou seja, de que não visam a uma maior presença em novos mercados, tampouco a adquirir vantagens comparativas dinâmicas frente ao mercado internacional, cuja consequência é a redução na capacidade para inovar. A melhor condição competitiva fica restrita ao mercado interno, incorporando tecnologias não desenvolvidas na própria unidade, mas importadas dos centros inovadores<sup>21</sup> (SILVEIRA, 2001; LAPLANE e SARTI, 2006).

Mais uma vez, restaura-se a velha divisão internacional do trabalho; porém, em um patamar mais elevado, superior e mais crítico do que o apontado por Oliveira (1977), em que as anteriores relações centro-periferia – traduzidas em produtores de matérias-primas vs produtores de manufaturas e, pós-JK, em produtores de bens de consumo vs produtores de bens de produção –, modernizam-se e transformam-se em indústrias consumidoras de tecnologias importadas vs indústrias inovadoras. Mesmo setores “baseados em ciências – química e bens eletrônicos de consumo –, por exemplo, tornam-se no Brasil setores consumidores de quem produziu inovações, nestes mesmos setores e em outros”. (SILVEIRA, 2001: 190)

Celso Furtado, por seu turno, ao longo de sua obra nos ensinou que o Brasil não se desenvolveu, mas tão somente se *modernizou*, e que é justamente aí que reside o problema do

---

<sup>20</sup> Garcia (2008), ao analisar a evolução do *market share* das empresas estrangeiras no conjunto das empresas industriais que operam no Brasil, no que respeita ao Valor da Transformação Industrial (VTI), conclui que as empresas estrangeiras consolidaram sua presença em setores nos quais já eram líderes e avançaram para novas indústrias, de grande e médio porte, mostrando-se significativa sua participação na estrutura produtiva no Brasil.

<sup>21</sup> Depois de passada toda a década de 1990, a análise da CEPAL (2002) já não é mais tão otimista quanto era nos primeiros anos daquela década (CEPAL, 1990, 1992). A CEPAL (2002) reconhece que a globalização deu origem não apenas a uma crescente interdependência, senão também a profundas assimetrias tecnológicas internacionais. É nos centros e em suas grandes empresas que se concentram o progresso técnico, a pesquisa e desenvolvimento (P&D), os ramos produtivos nos quais o progresso técnico ocorre com mais intensidade e apresentam maior dinamismo dentro da estrutura produtiva e dentro do comércio mundiais – como consequência, as rendas de inovação também se concentram nos centros e nas suas grandes empresas inovadoras.

subdesenvolvimento brasileiro e, por que não, da dependência estrutural aqui tratada. O significado dessa *modernização*, de acordo com Furtado, consiste em que a industrialização brasileira, no que tem de fundamental, ocorreu atendendo aos anseios das elites nacionais, aculturadas, para assimilarem o estilo de vida e o padrão de consumo das sociedades industriais avançadas, sem, no entanto, ter sido acompanhado por um processo de acumulação necessária para absorver a força de trabalho excedente na economia<sup>22</sup>. Em razão disso, Furtado (2000) chamou-nos à atenção para o aparente paradoxo de que com a industrialização substitutiva o país teria se tornado independente no que respeita à importação de bens de consumo finais, mas, por outro lado, não havia adquirido competitividade para lançá-lo a uma maior participação no comércio internacional de manufaturados<sup>23</sup>.

O fato é que se, por um lado, o protecionismo contribuiu para a conformação dessa contradição, por outro lado, Furtado aponta para o que realmente ele considera como fator decisivo para explicar tal contradição. Trata-se de uma indústria moderna, montada para atender uma demanda – que lhe antecede – por artigos que nem de longe representam as reais necessidades do conjunto da sociedade brasileira, e que, em virtude da incapacidade do capital privado nacional fazer face ao custo de implantação dessa indústria, recorreu-se ao capital estrangeiro que passou a controlar a partir de dentro do espaço nacional a continuidade do processo de modernização. O problema é que o capital estrangeiro introduz, sempre que a pressão da demanda se fizer presente, técnicas e equipamentos modernos que sofrem permanente mutação nos centros científicos avançados, porém, com a agravante de que já chegam com defasagens tecnológicas, dada a velocidade das inovações que ocorrem nos centros mundiais inovadores, cuja implicação é: i) inibe a competitividade exportadora; ii) as virtuais possibilidades de exportações subordinam-se à dependência das estratégias das empresas transnacionais<sup>24</sup>; iii) aprofunda a dependência de importações de bens de capital e sucedâneos, para ajustar a oferta doméstica que se mantém insuficiente; iv) mantém a pressão negativa sobre a conta corrente do país; v) empresas consumidoras de tecnologias importadas.

À luz do pensamento de Furtado, portanto, entendemos que o *sentido* da persistência da dependência de *commodities* primárias (agrícolas e minerais) está estruturalmente associado à recorrente opção das elites dirigentes do país por manter atualizado o processo de modernização, que não resolve o problema básico de uma economia subdesenvolvida que é gerar postos de trabalho suficientes para absorver os excedentes de força de trabalho

---

<sup>22</sup> Furtado (2002) reitera esta sua compreensão central do subdesenvolvimento brasileiro que se encontra ao longo da sua obra.

<sup>23</sup> Furtado (2000: 117) adverte que a iniciativa do Estado de criar indústrias de base, dando maior espessura à atividade industrial do país, de nenhum modo modificou esse aparente paradoxo.

<sup>24</sup> Para uma interessante análise das estratégias das filiais de empresas estrangeiras, ver HIRATUKA (2002).

marginalizados. Mas que exige permanentemente um esforço descomunal para manter a capacidade de importar através dos saldos de comércio tradicionalmente de *commodities* primárias (processadas ou não), já que os manufaturados mantêm-se voltados para o mercado interno.

O problema da dependência externa não se deve essencialmente ao controle exercido pelo capital estrangeiro sobre os setores dinâmicos da economia, produtores de bens duráveis. Para Furtado, o cerne do problema não reside na propriedade do capital, mas sim na opção sempre renovada de se insistir na prevalência da continuidade da modernização dos padrões de consumo das elites do país, o que revela a perenidade da dependência cultural à qual a sociedade brasileira é submetida<sup>25</sup>. O fato do capital internacional controlar o ritmo da modernização a partir de dentro do espaço nacional periférico, programando as sucessivas ondas de introdução de inovações gestadas nos centros capitalistas avançados, tão somente agrava ainda mais o problema elevando seu grau de irreversibilidade, uma vez que esse capital detém as facilidades – que escapam ao capital nacional – de acesso aos fluxos de inovações com custos de oportunidades baixos<sup>26</sup>.

Do ponto de vista da compreensão de Furtado, é o processo de modernização dos padrões de consumo das elites que por si mesmo gera desequilíbrios nas contas externas, seja ela comandada por capitais nacionais (público ou privado) ou por capitais internacionais<sup>27</sup>. Seu comando pelo capital de propriedade forânea apenas agrava esse desequilíbrio, pelas razões apontadas tanto por Caio Prado e Oliveira, descritas nas páginas anteriores, quanto por Furtado, ao chamar à atenção de que o capital internacional mais facilmente renova o processo de modernização, que é permanentemente induzida pela demanda por bens duráveis que são renovados continuamente pelos centros de pesquisa e desenvolvimento estrangeiros.

---

<sup>25</sup> Tal *dominação cultural* contamina também as classes de renda inferiores. Carneiro (2001) mostra em sua pesquisa sobre os padrões de consumo nos anos 1990 que as classes de renda inferiores apresentaram uma relativa convergência com as demais classes no que respeita ao padrão de consumo, especialmente eletrodomésticos. A convergência só não foi maior porque ocorreu um encarecimento dos serviços públicos (transporte, energia, telefonia, água e esgoto), além de com educação e saúde, que desviou parte da renda. O problema é que embora seja importante o acesso das famílias de baixa renda a certos eletrodomésticos, estas ainda se vêem em grande medida privadas do acesso a serviços públicos essenciais de qualidade (NERI, 2007). O que revela a inversão de valores no interior da sociedade brasileira.

<sup>26</sup> “A propriedade pública dos bens de produção tampouco seria suficiente para erradicar o fenômeno da dependência, se o país em questão se mantém em posição de *satélite cultural* dos países cênicos do sistema capitalista, e se encontra numa fase de acumulação de capital muito inferior à alcançada por estes últimos”. (FURTADO, 1983: 84; grifo nosso)

<sup>27</sup> Dentro dessa mesma linha de raciocínio, Kalecki (1980: 71 e 79) adverte que o capital estrangeiro tanto na forma de crédito internacional como na forma de IDE pode ser daninho, prejudicial, ao país receptor (especialmente no que respeita às suas contas externas) se o seu uso for para: i) incrementar o consumo de artigos de luxo; ii) importar equipamentos que se destinam à ampliação da capacidade produtiva das indústrias que produzem artigos de luxo.



A dependência se enraíza no sistema produtivo e passa a ser programada pelas filiais das transnacionais a adoção dos padrões de consumo a serem adotados nos centros<sup>28</sup>.

Nos anos 1990, reforçou-se o controle das empresas transnacionais sobre o fluxo de inovações para garantir a continuidade do processo de modernização criticado por Furtado ao longo de toda a sua obra. Laplane e Sarti (2006), sintetizando os resultados de seus estudos, que enfatizam a importância de se considerar as estratégias globais das empresas transnacionais em relação à pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, afirmam, dando razão, ao nosso juízo, à atualidade da percepção de Furtado, que

*mais uma vez os produtores locais [capital nacional e filiais de transnacionais] ficaram restritos à imitação dos avanços desenvolvidos anteriormente no exterior e, com raras exceções, não realizaram esforços genuinamente inovadores. As formas típicas de atualização tecnológica consistiram na adoção da tecnologia 'incorporada' em projetos de produtos e em equipamentos adquiridos no exterior. A importação foi, do ponto de vista das empresas, o caminho mais curto e mais barato para ganhar acesso às inovações 'disponíveis' no exterior e para aumentar sua competitividade. (LAPLANE e SARTI, 2006: 275; grifos nossos)*

Enfim, o país aumentou, de um lado, sua histórica dependência de importações de bens de elevado conteúdo tecnológico (especialmente bens intermediários e de capital) e, de outro, elevou a tendência estrutural de repatriação dos ganhos de capital das transnacionais – essas elevaram sua participação relativa na estrutura produtiva do país (GARCIA, 2008). Porém, o setor exportador responsável por garantir essa dinâmica jamais deixou de ser o produtor de *commodities* primárias, uma vez que os setores industriais que poderiam alavancar maiores superávits comerciais priorizam o mercado interno. Essa é a lógica que deve ser compreendida, e não somente se a pauta exportadora está um pouco mais ou um pouco menos composta por *commodities* primárias. Procuramos ressaltar que há um quadro bem articulado de relações que envolve a combinação entre uma pauta importadora constituída majoritariamente de bens de elevado conteúdo tecnológico, que torna inócua a leve melhora qualitativa da pauta exportadora; uma conta de serviços e rendas que é cronicamente, e cada vez mais, deficitária, que também corrói todos os esforços exportadores; e uma indústria com elevada participação de capital transnacional, que não contempla nas suas decisões estratégicas de destinação da sua produção o mercado internacional mais dinâmico. A combinação desses três perfis – da pauta exportadora, da conta de serviços e rendas e das estratégias das empresas transnacionais – perpetua no Brasil sua característica histórica, jamais suplantada, de dependente estrutural de *commodities* primárias. Entendemos que esses elementos evidenciam a atualidade das observações de Celso Furtado, Caio Prado

---

<sup>28</sup> “Subdesenvolvimento e Dependência: as conexões fundamentais” (FURTADO, 1983: Cap. 2).

Jr. e Francisco de Oliveira e que fornecem luz ao entendimento do *sentido* da persistência de tal dependência.

Nesse sentido, vale a pena ainda observar que a capacidade de crescimento do país enfrenta um limite rígido no que respeita à restrição externa. Observe-se que, a despeito do *Boom* dos saldos comerciais (puxados pelas *commodities*) nos anos mais recentes, notadamente a partir de 2003 (Gráfico 2), o país não suporta taxas continuadas de crescimento do produto nacional<sup>29</sup> sem que se reflita negativamente no saldo da conta corrente do BP – assim como também aquele *Boom* não é suficiente para compensar o forte crescimento do déficit na rubrica de ‘renda de investimentos diretos’ (Gráfico 5, em anexo). Note-se (Gráfico 4, em anexo) que o superávit do BTC alcançado nos anos de 2003, 2004 e 2005, já estacionou em 2006, foi quase nulo em 2007 e em 2008 o saldo se reverteu de forma acentuadamente deficitária atingindo US\$ 28,3 bilhões negativos. Essa é uma prova de que o Brasil deve aprender com a história das grandes nações capitalistas desenvolvidas que o capital produtivo e competitivo em nível internacional se faz em casa<sup>30</sup> como condição primordial para assegurar a superação da restrição externa ao desenvolvimento econômico.

### **Considerações Finais**

Resgatamos análises argutas de alguns intérpretes consagrados do Brasil que nos ajudam a perceber a recorrente necessidade que o país tem de depender de exportações de produtos primários para manter o dinamismo da economia. No passado, para garantir as importações de bens finais de consumo; durante o processo de substituição de importações, para assegurar as importações de bens de produção e intermediários; no momento posterior, para garantir, além desse último, a realização dos lucros nos circuitos financeiros internacionais dos capitais forâneos que passaram a produzir internamente o que antes era importado; e, por fim, na fase atual de economia globalizada, para fazer frente à continuidade das crescentes necessidades de realização externa dos investimentos diretos estrangeiros e ao aumento do coeficiente importado, especialmente de bens de capital e intermediários de elevado conteúdo tecnológico – forma privilegiada de acessar as novas tecnologias.

---

<sup>29</sup> As taxas anuais de crescimento real do PIB em 2005, 2006, 2007 e 2008 foram, respectivamente, 3,2%, 3,9%, 5,7% e 5,1% (ver em [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)).

<sup>30</sup> Referência ao clássico livro de Barbosa Lima Sobrinho (1991) que mostrou que o Japão rural da Era Meiji em poucas décadas, da segunda metade do século XIX à primeira década do século XX, logrou alçar-se ao patamar das grandes nações industrializadas avançadas sem recorrer ao capital estrangeiro, nem mesmo para empréstimos. Bresser Pereira e Nakano (2003) e Bresser Pereira e Gala (2007), por outro prisma, levantam razões para justificar, no caso do Brasil, a não utilização de capital externo (poupança externa) para viabilizar o crescimento da economia, uma vez que aquele tende a comprometer o equilíbrio da conta corrente do balanço de pagamentos e, por consequência, gerar ameaças de “doença holandesa” e desindustrialização.

Uma economia que se industrializa, recorrendo ao capital estrangeiro, e se integra aos mercados internacionais, naturalmente passa a se defrontar com a necessidade de gerar divisas para assegurar a realização dos ganhos desse capital nos espaços supranacionais. Contudo, à medida que se mantém o “modelo” brasileiro e se aprofunda a desnacionalização – mantendo-se os problemas de financiamento, as insuficientes políticas industriais e tecnológicas, etc. – a dependência de *commodities* que aqui discorremos configura-se como um processo estrutural, não apenas um fenômeno conjuntural. A contraface desse processo é recorrência da política de *stop and go*, porque a economia não pode crescer além de um certo limite, determinado pela capacidade de importar. Ou seja, nossa indagação, após o que foi exposto ao longo do texto, é se o agronegócio, as *commodities* primárias e os produtos intensivos em trabalho serão suficientes para sustentar os impactos que um crescimento da economia – crescimento sustentado; ou seja, não se trata de conjuntura –, acima das taxas médias registradas ao longo das últimas duas décadas e meia, exercerá sobre o volume de importações – porque, como apontaram vários estudos citados no texto, elevou-se o coeficiente de importações principalmente de produtos de alta densidade tecnológica, a despeito do baixo crescimento do produto nacional – e, subseqüentemente, sobre a conta corrente e o balanço de pagamentos.

As exportações de *commodities* e demais produtos de baixo conteúdo tecnológico têm sido suficientes – no contexto atual que não difere muito das décadas de 1980 e 1990, em termos de crescimento do produto – apenas para sustentar um certo nível de necessidades de importação. Para ampliar esse nível seria necessário ampliar as exportações de manufaturados – particularmente aqueles com maior conteúdo tecnológico –, mas esbarra-se em: i) insuficiência das políticas industriais e tecnológicas e o “envelhecimento” dos arranjos institucionais nessas áreas (LAPLANE e SARTI, 2006; SUZIGAN e FURTADO, 2007); ii) dificuldades de acesso a financiamento para investimentos (LAPLANE e SARTI, 2006; SUZIGAN e FURTADO, 2007); iii) estratégias das empresas transnacionais que preferem importar tecnologias ao invés de gerá-las, assim como também competir no mercado interno em detrimento do externo (HIRATUKA, 2002); iv) dificuldades de natureza técnica e, especialmente, política para efetuar as reformas necessárias das instituições da área de política industrial e tecnológica (SUZIGAN e FURTADO, 2007); v) descompromisso com uma taxa de câmbio favorável às exportações de manufaturados – resultado da estratégia adotada de crescimento com poupança externa, cuja conseqüência é a sobrevalorização cambial (BRESSER PEREIRA e NAKANO, 2003; BRESSER PEREIRA e GALA, 2007); vi) IDEs que se orientam para fusões e aquisições majoritariamente em setores *non tradables*. (SARTI e LAPLANE, 2003); vii) na opção de não inovar, que não significa ausência de racionalidade,

mas faz parte de uma estratégia racional por parte dos “nossos” empresários (DAGNINO, 2008).

Enfim, o presente artigo procura contribuir com o debate da “reprimarização”, deslocando-o de lugar, procurando mostrar que o exato lugar do referido debate repousa na análise do conjunto da conta corrente do balanço de pagamentos e não somente na pauta exportadora. Essa compreensão nos leva a constatar que o Brasil ainda não foi capaz de eliminar sua dependência de saldos comerciais gerados por *commodities* primárias, e que as transformações nos últimos quinze anos conduziram não a uma “reprimarização da pauta exportadora” mas a um aprofundamento da referida dependência. Sua superação exige que entendamos o *sentido* dessa dependência estrutural, assim como também da debilidade como o país se relaciona com o capital internacional.

Não se trata aqui de rechaçar o capital estrangeiro, mas de chamar a atenção para a necessidade urgente do país superar essa dependência, o que não será feito com estratégias políticas que priorizem unicamente os setores exportadores de *commodities* primárias. Como vários trabalhos aqui referenciados argumentam, as transnacionais instaladas no país, virtuais exportadoras de bens intensivos em tecnologia, não têm em seu horizonte estratégico o aumento da competitividade para fora. Faz-se necessário, portanto, que o Estado cumpra o papel de estimular e apoiar impreterivelmente, através de políticas específicas, especialmente políticas de inovação tecnológica, empresas nacionais no esforço de penetrar nos mercados mundiais mais dinâmicos – uma vez que essa tarefa enfrenta restrições quando se trata de filiais de transnacionais, já que tais mercados são atendidos por suas matrizes. Certamente esse seria um passo importante para eliminar a dependência de *commodities* primárias, e assegurar a defesa dos interesses nacionais. Contudo, essa é uma questão, *a priori*, de cunho político.

### **Referências Bibliográficas**

- ALBUQUERQUE, M. C. C.; NICOL. R. (1987). *Economia Agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira*. São Paulo: McGraw-Hill.
- ASSIS, L. E. A. (1985). *A indústria de bens de capital no Brasil: origens, política econômica e desempenho recente*. Campinas: IE/Unicamp. (dissertação de mestrado)
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN (2001). *Notas Técnicas do Banco Central do Brasil: notas metodológicas do Balanço de Pagamentos*.

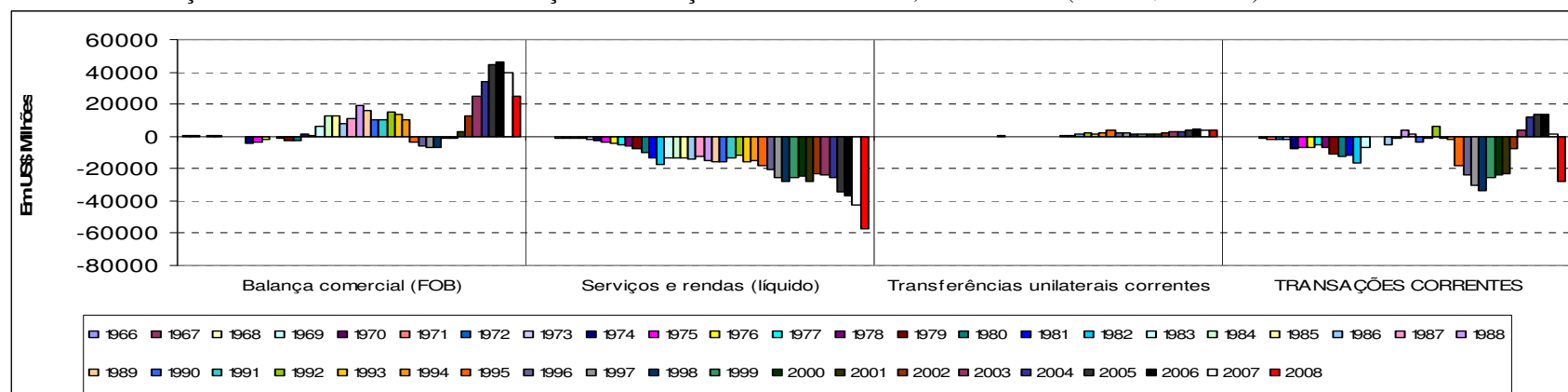
- BATISTA, J. C.; SANTOS, W. C. A. (2007). A industrialização da pauta de exportação brasileira entre 1964 e 1974: novos dados e índices para o comércio exterior brasileiro do período. *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 2, Abril-Junho, p. 184-192.
- BRESSER PEREIRA, L. C.; NAKANO, Y. (2003). Crescimento econômico com poupança externa? *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 2 (90), abril-junho.
- BRESSER PEREIRA, L. C.; GALA, P. (2007). Por que a poupança externa não promove crescimento. *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 1 (105), janeiro-março.
- BRITTO, G. (2002). Abertura comercial e reestruturação comercial no Brasil: um estudo dos coeficientes de comércio. Campinas: UNICAMP (Dissertação de Mestrado)
- CARNEIRO, R. (2001). Padrões de consumo nos anos 1990 (Evidências preliminares). *Economia e Sociedade*, n. 17, pp. 141-150. Campinas: IE/UNICAMP.
- CEPAL (2002). *Globalização e desenvolvimento*. Brasília, Brasil. Publicação das Nações Unidas. LC/G.2157 (SES.29/3)
- CEPAL (1992). *Equidad e transformación productiva: um enfoque integrado*. Santiago, Chile. Publicación de las Naciones Unidas. LC/G.1701/Rev.1-P
- CEPAL (1990). *Transformación productiva com equidad*. Santiago, Chile. Publicación de las Naciones Unidas. LC/G.1601-P
- COUTINHO, L. (1997). A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização, in: VELLOSO, J. P. R. [org.] (1997). *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- CUNHA, S. F.; XAVIER, C. L.; AVELLAR, A. P. M. (2007). Desempenho das Exportações da Indústria Intensiva em P&D: Comparação entre o Brasil e Países Selecionados no Período 1994-2004. Anais do Encontro Nacional de Economia. Recife, PE.
- DAGNINO, R. (2008). Por que os “nossos” empresários não inovam. *Economia & Tecnologia*. Ano 04, v. 13, Abril/Junho, p. 111-120. Curitiba, PR: UFPR.
- DE NEGRI, F. (2005). Conteúdo tecnológico do comércio exterior brasileiro: o papel das empresas estrangeiras. *Texto para Discussão*, n. 1074. Brasília: IPEA.
- DE NEGRI, F. (2003). Empresas estrangeiras na indústria brasileira: características e impactos sobre o comércio exterior, in: LAPLANE, M. F.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. [orgs.] (2003). *op. cit.*
- FURTADO, C. (2002). *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra.

- FURTADO, C. (2000). *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. São Paulo: Paz e Terra.
- FURTADO, C. (1983). *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GARCIA, C. J. (2008). Desnacionalização da indústria brasileira: uma avaliação pós-abertura. *Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política*. João Pessoa, PB.
- GONÇALVES, R. (2003). *O Brasil e o Comércio Internacional. Transformações e Perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2ª edição.
- HIRATUKA, C. (2002). *Empresas transnacionais e comércio exterior: uma análise das estratégias das filiais brasileiras no contexto da abertura econômica*. Campinas: IE/UNICAMP (Tese de Doutorado)
- KALECKI, M. (1980). La ayuda exterior: un análisis económico, in: KALECKI, M. (1980). *Ensayos sobre las economías en vías de desarrollo*. Barcelona: Editorial Crítica.
- LAPLANE, M.; SARTI, F. (2006). Prometeu Acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI. *Política Econômica em Foco*, n. 7, seção IX, nov.2005/abr.2006. Campinas: NEIT/IE/UNICAMP.
- MARCONI, N. (2008). Existe doença holandesa no Brasil? *Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política*. João Pessoa, PB.
- MARTINS, M. A. (2004). O Comércio Exterior Brasileiro nos Anos 1980 e 1990: Estrutura e Evolução do Padrão de Especialização. Campinas: IE/Unicamp. (Tese de Doutorado em Economia).
- MAZZUCHELLI, F. (1977). A expansão inconclusa (considerações sobre o setor de bens de capital no Brasil). Campinas: Unicamp. (Dissertação de Mestrado)
- NERI, M. C. [Coord.] (2007). Trata Brasil: saneamento e saúde. Rio de Janeiro: Centro de Políticas Sociais/IBE/FGV. [http://www3.fgv.br/ibrecps/CPS\\_infra/index\\_teste.htm](http://www3.fgv.br/ibrecps/CPS_infra/index_teste.htm)  
Acessado em: 02/03/2008.
- OLIVEIRA, F. (1977). *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal.
- PRADO Jr., C. (1970). *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- PRADO Jr., C. (1999). *História e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense.
- PRADO Jr., C. (1966). *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- PRATES, D. M. (2006). A inserção externa da economia brasileira no governo Lula. *Política Econômica em Foco*, n. 7, seção IV, nov.2005/abr.2006. Campinas: NEIT/IE/UNICAMP.

- SAMPAIO Jr., P. A. (1999). *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- SARTI, F.; LAPLANE, M. F. (2003). O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90, in: LAPLANE, M. F.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. [orgs.] (2003). *op. cit.*
- SILVEIRA, C. E. F. (2001). *Desenvolvimento tecnológico no Brasil: autonomia e dependência num país periférico industrializado*. Campinas, SP: Unicamp. (tese de doutoramento)
- SOBRINHO, B. L. (1991). *Japão: o Capital se faz em casa*. São Paulo: Paz e Terra.
- SUZIGAN, W.; FURTADO, J. (2007). A institucionalidade da política industrial e tecnológica: problemas, desafios e propostas, in: TEIXEIRA, E. C.; BRAGA, M. J. (2007). *Instituições e desenvolvimento econômico*. Viçosa, MG. Departamento de Economia, UFV.
- UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (2002). *Trade and Development Report*. UNITED NATIONS, New York and Geneva. Annex 1 to chapter III (Growth and Classification of World Merchandise Exports).

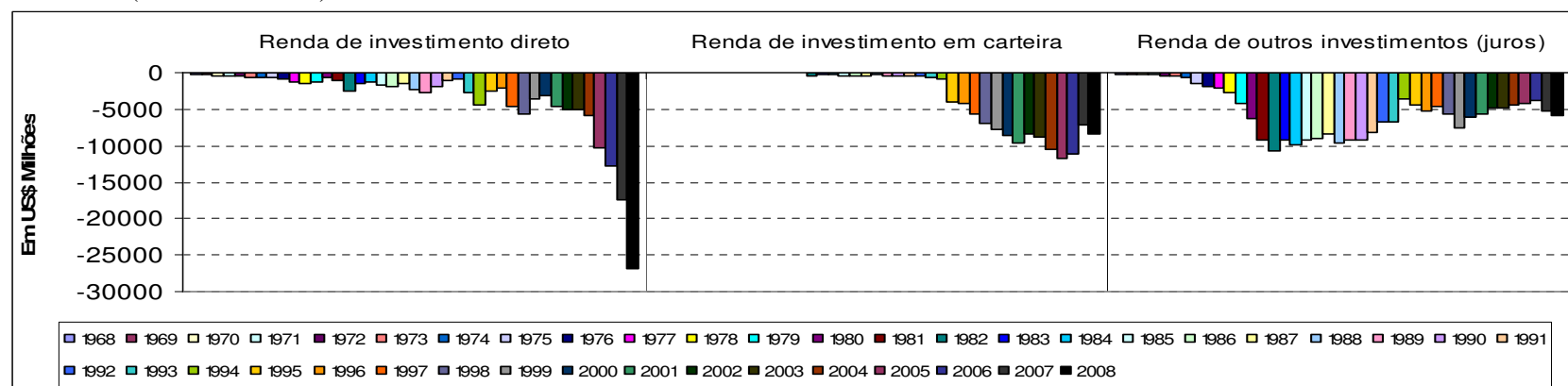
## ANEXO

**Gráfico 4:** Evolução dos Saldos das contas do Balanço em Transações Correntes: Brasil, 1966 a 2008. (Em US\$ Milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores.

**Gráfico 5:** Evolução dos Saldos das contas de Rendas do Balanço de Serviços e Rendas do Balanço em Transações Correntes: Brasil, 1968 a 2008. (Em US\$ Milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores.